



# **PLANO DIRETOR TRÊS BARRAS DO PARANÁ**

**Plano de Ação e Investimentos - PAI**

**Volume IV**

**2023-2033**



PREFEITO MUNICIPAL  
Gerson Francisco Gusso

VICE PREFEITO  
Nerceu de Souza

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Clebeson Bordin



**PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS - PAI  
VOLUME IV**

**PLANO DIRETOR**

**TRÊS BARRAS DO PARANÁ**



## **GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ**

*CARLOS ROBERTO MASSA JÚNIOR – Governador*

### **SECRETARIA DO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

*Lucio Tasso – Diretor Geral*

### **SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE**

*Augustinho Zuccchi – Superintendente*

*Álvaro José Cabrini Junior – Superintendente executivo*

*José Elizeu Chociai – Diretor de Administração e Finanças*

*Camila Mileke Scucato – Diretora de Operação*

*Fabio Fumagalli Vilhena de Paiva – Coordenador ER Maringá*

*Rafael Gustavo Mansani – Coordenador ER Ponta Grossa*

*Francisco Luis dos Santos – Coordenador ER Região Metropolitana e Litoral*

*Américo Megumy Nonaka – Coordenador ER Cascavel*

*Celso Carlos Carollo Silvestri – Coordenador ER Guarapuava*

*José Ricardo Mattos do Amaral – Coordenador ER Londrina*

### **SUPERVISÃO**

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

*Maristela de Paula Muller*

### **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**

*Prefeito Gerson Francisco Gusso*



## **EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL – GESTÃO 2021/2024**

### **COORDENADOR MUNICIPAL**

*Jean Carlos de Lima – Engenharia*

### **TITULARES:**

*Clebeson Bordim – Administração*

*Maria Cristina Gusso – Ação Social*

*Marlete Dal magro – Agricultura*

*Alice Cristiane Guimaraes Zancheta – Meio Ambiente*

*Eliza Bortolanza – Educação*

*Janaina Aparecida Valmorbida Morosini – Cultura*

*Valdenir Aparecido Rodrigues – Esporte*

*Marlice Cristina Mariano – Recursos Humanos*

*Edenilson Gianini – Tributação*

*Carmen Brandini Fongaro – Finanças*

*Cristian Ludwig – Indústria e Comércio*

*Débora Nádia Pilati Vidor – Saúde*

*Waldir Antônio Todescatto – Viação e Obras*

*Antônio Adair Lischuischy Junior – Câmara de Vereadores*

### **SUPLENTE:**

*Camila Cristina Theisen – Engenharia*

*Carlos Sniezko – Administração*

*Sandra Franceschini Pizzato – Ação Social*

*João Batista de Souza – Agricultura*

*Juliane Brunetto Santos – Meio Ambiente*

*Márcio Andriago Brusch – Educação*

*Jéssica Fernanda Bilatto de Freitas – Cultura*

*Robson Mencatto – Esporte*

*Cleoza Zanqueta – Recursos Humanos*

*Lair Matiazzo – Tributação*



*Luana Cristina Reffatti – Finanças*

*Douglas Poltronieri – Industria e Comercio*

*Delina Gomes da Silva Oenning – Saúde*

*José Luiz Berns – Viação e Obras*

*Sérgio Fernandes – Câmara de Vereadores*

EQUIPE TÉCNICA DA CONSULTORIA

CTMGEO – SOLUÇÕES EM GEOTECNOLOGIAS

**Coordenação Geral**

*Silmara Terezinha Brambilla - Arquiteta e Urbanista – CAU A-49203-5.*

**Técnicos:**

*Máicon Altir Canal - Engenheiro Civil – CREA-PR 114094/D.*

*Tainã Lopes Simoni - Arquiteta e Urbanista - CAU A54549-0.*

*Cleiton Luiz Siqueira - Bacharel em Ciência da Computação.*

*Gilvano Colombo - Advogado – OAB/PR 26043.*



## **INTRODUÇÃO**

O presente documento refere-se ao Produto 04 – Plano de Ação e Investimentos, parte do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) do município de Três Barras do Paraná, estado do Paraná e constitui um objeto do firmado entre a empresa CTMGEO - soluções em Geotecnologias e a Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná. Trata-se de um documento final que passou pela aprovação das equipes municipais e deverá ser apreciado pela população em geral.

A definição do Plano de Ação e Investimentos (PAI) tem origem nas discussões (comunitárias e técnicas) de ações necessárias para a concretização das diretrizes deste PDM, registrado no documento intitulado Diretrizes e Propostas para Uma Cidade Sustentável (Produto 03). A partir deste, ações foram definidas e detalhadas e, estabelecidos prazos para implementação, considerando a validade do PAI de cinco anos, devendo, pois, ser avaliado anualmente, de forma a ser subsídio para o Plano Plurianual (PPA) que é elaborado a cada quatro anos, e anualmente para subsidiar as leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Orçamento Anual (LOA).

Assim, foram definidos os seguintes prazos para as ações: curto, médio e longo. As ações com curto prazo: até três anos e as de médio prazo: três a cinco anos, as quais possuem seus custos (investimentos) estimados. Já as ações definidas como de longo prazo, são aquelas que excedem cinco anos (objeto de revisão do PAI, auxiliando no planejamento futuro), porém, sem seus custos estimados. Cabe destacar que os prazos para implementação das ações terão início após a aprovação do Plano Diretor Municipal pela Câmara de Vereadores.



## SUMÁRIO

1 PLANO DE AÇÃO .....	10
1.1 AÇÕES E ESTRATÉGIAS .....	12
2 ADAPTAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....	13
2.1 CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES VINCULADAS AO PLANEJAMENTO E CONTROLE DO DESENVOLVIMENTO URBANO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E PROPOSIÇÕES DE ADAPTAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA ATUAL .....	13
3 AÇÕES E INVESTIMENTOS .....	15
3.1 PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL .....	17
3.2 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO .....	21
4 ORIENTAÇÕES PARA A IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS .....	45
4.1 COMPATIBILIZAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS COM O PLANO PLURIANUAL 2023-2027 .....	45
4.2 FONTE DE RECURSOS .....	47
<b>4.2.1 Fontes de Recursos a Fundo Perdido .....</b>	<b>47</b>
<b>4.2.2 Fonte de Recursos próprios .....</b>	<b>48</b>
<b>4.2.3 Fontes de Recursos de Empréstimos e Financiamentos .....</b>	<b>48</b>
<b>4.2.4 Parcerias com a iniciativa privada ou intergovernamentais .....</b>	<b>49</b>
4.3 DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADA .....	50
4.4 ANÁLISE GERAL DOS RECURSOS PRÓPRIOS NECESSÁRIOS .....	50
4.5 CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO E DE PAGAMENTO DE DÍVIDAS .....	51
4.6 CAPACIDADE DE PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA .....	52
4.7 RESULTADO PRIMÁRIO E CAPACIDADE DE PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA .....	52
4.8 IMPLEMENTAÇÃO DOS INDICADORES .....	53
4.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	56





## TABELAS

Tabela 1 Estimativa de Arrecadação e Investimentos do Município de Três Barras do Paraná - Projeção de 5 anos. ....	11
Tabela 2 Ações e Investimentos - Proteção e Preservação Ambiental .....	17
Tabela 3 Ações e Investimentos - Desenvolvimento Socioeconômico - Agricultura .....	21
Tabela 4 Ações e Investimentos - Desenvolvimento Socioeconômico - Saúde .....	24
Tabela 5 Ações e Investimentos - Desenvolvimento Socioeconômico - Infraestrutura .....	26
Tabela 6 Ações e Investimentos - Desenvolvimento Socioeconômico - Educação .....	30
Tabela 7 Ações e Investimentos - Desenvolvimento Socioeconômico - Cultura .....	32
Tabela 8 Ações e Investimentos - Desenvolvimento Socioeconômico - Esporte, Lazer e Turismo ...	34
Tabela 9 Ações e Investimentos - Desenvolvimento Socioeconômico - Assistência Social .....	36
Tabela 10 Ações e Investimentos - Desenvolvimento Socioeconômico - Habitação de Interesse Social .....	38
Tabela 11 Ações e Investimentos - Desenvolvimento Socioeconômico - Segurança Pública .....	39
Tabela 12 Ações e Investimentos - Desenvolvimento Socioeconômico - Defesa Civil .....	40
Tabela 13 Ações e Investimentos - Institucional .....	41
Tabela 14 Formas de financiamento das ações do plano de ação e investimentos - PAI (modelo) ..	46
Tabela 15 Resumo do financiamento das ações do PAI através de fontes de recursos complementares (Modelo) .....	47
Tabela 16 Resumo do financiamento das ações do PAI através das fontes de recurso a fundo perdido (modelo) .....	47
Tabela 17 Resumo do financiamento das ações do PAI através de recursos de empréstimos e financiamentos (modelo) .....	49
Tabela 18 Resumo do Financiamento das Ações do PAI através de parcerias (modelo) .....	50
Tabela 19 Necessidades de recursos próprios para implantação do PAI (modelo) .....	51
Tabela 20 Capacidade de Endividamento para contratação de novas dívidas (modelo) .....	51
Tabela 21 Capacidade de pagamento da dívida pública (modelo) .....	52
Tabela 22 Impacto do Pagamento da Dívida Pública sobre as Metas Fiscais (modelo) .....	53
Tabela 23 Indicadores Físico-Territoriais .....	53
Tabela 24 Indicadores Ambientais .....	53
Tabela 25 Indicadores de Infraestrutura e Serviços Públicos .....	54
Tabela 26 Indicadores Socioeconômicos .....	54
Tabela 26 Indicadores de Desenvolvimento Institucional .....	55



## **1 PLANO DE AÇÃO**

Em atendimento ao disposto no Termo de Referência do PARANACIDADE, apresentamos o Plano de Ação e de Investimentos, parte integrante do Plano Diretor Municipal do Município de Três Barras do Paraná.

As ações propostas - mais especificamente as da área operacional - estão colocadas em forma de diretrizes e deverão ter o seu detalhamento e especificações por ocasião de elaboração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei do Orçamento Anual na medida em que forem sendo colocadas em prática.

A proposta financeira está dimensionada em função dos aportes de recursos previstos e dos recursos exigidos pelos diversos planos, programas, projetos, atividades e ações propostas para execução deste Plano.

O Plano de Ação e Investimentos indica as ações e os projetos prioritários para implementação do Plano Diretor Municipal em Três Barras do Paraná. Detalha projetos, e suas estimativas de custos, em infraestrutura, equipamentos comunitários, ações sociais e institucionais para os próximos cinco anos, compatibilizando a projeção orçamentária com a capacidade de endividamento municipal. Buscando o equilíbrio entre o desenvolvimento municipal e a sua sustentabilidade dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal.

As estimativas de arrecadação do Município de Três Barras do Paraná apresentada na tabela 01, devem ser revistas em cinco anos em conformidade com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei do Orçamento Anual.



**Tabela 1** Estimativa de Arrecadação e Investimentos do Município de Três Barras do Paraná - Projeção de 5 anos.

RECEITA DO MUNICÍPIO EM:	2023	2024	2025	2026	2027	Média de Arrecadação a Realizar
Receitas Próprias a Arrecadar (Trib. Econ. Agro. Ind. Serv. e Outras)	3.030.300,00	3.200.000,00	3.340.000,00	3.500.000,00	3.700.000,00	3.354.060,00
Transferências Correntes a Arrecadar (Transferências Legais e Constitucionais)	57.344.200,00	60.243.000,00	63.265.000,00	67.460.000,00	69.600.000,00	63.582.440,00
Receitas de Capital a Arrecadar (somente operações de créditos a serem contratadas)	4.400.000,00	4.840.000,00	5.324.000,00	5.856.400,00	6.442.040,00	5.372.488,00
Transferências Correntes e de Capital Arrecadadas (Transferências de Convênios)	2.625.500,00	2.757.000,00	2.895.000,00	3.040.000,00	3.200.000,00	2.903.500,00
Previsão de Arrecadação Total (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	63.000.000,00	66.200.000,00	69.500.000,00	74.000.000,00	76.500.000,00	69.840.000,00

DESPESA DO MUNICÍPIO EM:	2023	2024	2025	2026	2027	Média de Arrecadação a Realizar
Despesas c/ Encargos + Amortizações (a pagar)	3.203.000,00	3.364.000,00	3.532.000,00	3.708.000,00	3.894.000,00	3.540.200,00
Despesa com Investimentos	2.886.000,00	3.030.000,00	3.182.000,00	3.341.000,00	3.508.000,00	3.189.400,00
Previsão de Despesa Total (2.1 + 2.2)	6.089.000,00	6.394.000,00	6.714.000,00	7.049.000,00	7.402.000,00	6.729.600,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná - 2023



As ações do Plano de Ação e Investimentos, conforme metodologia do Termo de Referência e de acordo com o Plano Diretor Municipal, são partes fundamentais na política de desenvolvimento da cidade de Três Barras do Paraná e foram divididas em temas estratégicos.

A primeira etapa do Plano de Ações é a aprovação da legislação básica pela Câmara Municipal de Três Barras do Paraná e é composta dos seguintes Projetos de Leis:

- 1) Lei do Plano Diretor Municipal;
- 2) Lei de Uso e da Ocupação do Solo Urbano e Municipal;
- 3) Lei do Parcelamento do Solo Urbano;
- 4) Lei do Sistema Viário;
- 5) Lei do Código de Obras;
- 6) Lei do Código de Posturas;
- 7) Lei do Perímetro Urbano.

Os instrumentos do estatuto das cidades foram incorporados a legislação acima com intuito de fortalecer o processo de gestão territorial e criar mecanismos de controle e acompanhamento da urbanização.

## **1.1 AÇÕES E ESTRATÉGIAS**

As limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal determinam uma série de providências e ações do Executivo Municipal, no sentido de encontrar novas formas e caminhos para atender e alcançar os objetivos estabelecidos no Plano Diretor.

Destacou-se a participação da população na realização do Plano Diretor, cujo desenvolvimento trará resultados com a implantação das ações que foram objeto de manifestações da população discutidas sob os:

- Proteção Ambiental;
- Desenvolvimento Socioeconômico;
- Desenvolvimento Institucional;
- Desenvolvimento Físico-Territorial.



## 2 ADAPTAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A elaboração do Plano Diretor do Município de Três Barras do Paraná além de possibilitar que se tenha um amplo panorama de seus recursos, deficiências e potencialidades, oferece um valioso instrumento de gestão de seu espaço urbano, na forma da legislação urbanística.

Na medida em que a sua implementação é a parte mais importante e, ao mesmo tempo, delicada do processo; e, mais ainda, uma mudança de cultura na forma tradicional de controle do desenvolvimento urbano, alguns cuidados se fazem necessários.

O principal deles é o correto dimensionamento e preparação do pessoal ligado à administração pública municipal e que será responsável pela tarefa de colocar em prática as novas medidas de controle, esclarecendo a população sobre a sua importância.

### 2.1 CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES VINCULADAS AO PLANEJAMENTO E CONTROLE DO DESENVOLVIMENTO URBANO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E PROPOSIÇÕES DE ADAPTAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA ATUAL

A Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná é composta por 04 membros dos órgãos de assessoramento, dirigentes diretamente vinculados, e pelos 09 Secretários Municipais, e estes pelos Diretores de Departamentos e Chefes de Divisão, conforme a Lei Municipal 1.688/2017 como disposto:

#### 1. Órgãos de Assessoramento

- a) Assessoria Jurídica;
- b) Assessoria de Comunicação;
- c) Chefia de Gabinete; e
- d) Ouvidoria Geral.

#### 2. Órgãos de Administração Específica

- a) Secretária de Administração e Planejamento;
- b) Secretária de Fazenda;



- c) Secretária de Obras, Viação e Serviços Urbanos;
- d) Secretária de Saúde;
- e) Secretária de Assistência Social;
- f) Secretária de Educação e Cultura;
- g) Secretária de Esportes;
- h) Secretária de Agricultura e Meio Ambiente;
- i) Secretária de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo e
- j) Procuradoria Geral.

As atividades de controle do desenvolvimento urbano previstas no Plano Diretor Municipal – PDM, tais como, parcelamento do solo urbano, obras e edificações, zoneamento de uso e ocupação do solo, posturas municipais, circulação, trânsito, sistema viário e meio ambiente estão afetas a Secretaria de Administração e Planejamento.

Também estão sob a responsabilidade desta secretaria as atividades de planejamento/programação de obras e orçamentos, bem como a aprovação de obras, emissão de habite-se, emissão de alvarás de licença de localização de atividades e preparação de convênios de qualquer natureza. Competem ao Cadastro Técnico Imobiliário as atribuições de cadastro e fiscalização.

Quanto aos serviços de utilidade pública, tais como, limpeza urbana, parques e jardins, iluminação pública e serviços funerários, as atividades relativas ao transporte rodoviário e urbano, bem como o sistema viário, os programas habitacionais e o saneamento também competem a Secretária de Obras, Viação e Serviços Urbanos.

As ações de proteção ao meio ambiente, o suporte às atividades de proteção agropecuária está sob os cuidados da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

E, por fim, o suporte às atividades de produção agropecuária, industrial, comercial e prestação de serviços estão sob a responsabilidade da Indústria, Comércio, Serviços e Turismo.

Não há necessidade de alteração da estrutura administrativa, pois a mesma proporciona qualidade e viabilidade para a prática de atividades de controle do desenvolvimento urbano previstas no Plano Diretor.



Tendo em vista o quadro apresentado, serão recomendadas as seguintes medidas com vista à implementação da Legislação Urbanística, bem como dos projetos e investimentos propostos por esse Plano Diretor Municipal.

- a. Manter o sistema de dados do município constantemente atualizado e com informações reais dos diversos setores da administração, tais como informações físicas, cadastrais, socioeconômicas e oriundas do sistema de gestão municipal, inclusive tributária;
- b. Realizar treinamento de todos os servidores municipais, de forma que o sistema de informações facilite e auxilie o trabalho das diversas secretarias da prefeitura de Três Barras do Paraná;
- c. Contratar profissionais necessários para desempenho das atividades relacionadas com a implementação do PDM, para atuarem no Cadastro Técnico Imobiliário.

### **3 AÇÕES E INVESTIMENTOS**

Esta etapa do Plano Diretor compreende a identificação dos investimentos fundamentais para a qualificação da vida dos habitantes e desenvolvimento do município de Três Barras do Paraná, e que possibilitarão superar situações identificadas como indesejáveis quando do diagnóstico da primeira etapa do plano.

Para a proposição das ações será considerado o período de dez anos e segundo a capacidade de investimentos do município considerando os períodos de 2023 a 2033 e o orçamento de 2023.

Os investimentos foram agrupados, segundo sua natureza, em quatro áreas distintas e consideradas como estratégicas para se atingir os objetivos delineados em discussão com a comunidade local e definidos a partir da leitura atenta de sua realidade presente: Proteção Ambiental, desenvolvimento Socioeconômico, Desenvolvimento Institucional e Desenvolvimento Físico-Territorial.

Ao definir o plano de ação foram considerados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, que é composto de 17 objetivos de modo que o município se enquadre nos padrões definidos para as cidades sustentáveis, são eles:

- 1- Erradicação da Pobreza;



- 2- Fome Zero e Agricultura Sustentável;
- 3- Saúde e Bem-estar;
- 4- Educação de Qualidade;
- 5- Igualdade de Gênero;
- 6- Água Potável e Saneamento;
- 7- Energia Limpa e Acessível;
- 8- Trabalho Decente e Crescimento Econômico;
- 9- Indústria, Inovação e Infraestrutura;
- 10- Redução das Desigualdades;
- 11- Cidades e Comunidades Sustentáveis;
- 12- Consumo e Produção Responsáveis;
- 13- Ação Contra a Mudança Global do Clima;
- 14- Vida na Água;
- 15- Vida Terrestre;
- 16- Paz, Justiça e Instituições Eficazes;
- 17- Parcerias e Meios de Implementação.

Os prazos considerados nas tabelas que seguem, são classificados com base em sua função e prioridade dentre as necessidades do município, bem como a capacidade de aquisição de investimentos para sua realização, com isso eles são divididos em

- Curto prazo: até 03 anos para execução;
- Médio prazo: até 06 anos para execução;
- Longo prazo: até 10 anos para execução.

A seguir são apresentados os Eixos de Desenvolvimento estabelecidos na Etapa de Diretrizes e Proposições, com o detalhamento necessário para a implementação das propostas definidas no Plano Diretor Municipal.





### 3.1 PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Tabela 2 Ações e Investimentos - Proteção e Preservação Ambiental

Ações e/ou Investimentos	Prazo de Execução			Fonte de Recursos	Diretrizes	ODS/ Metas
	Curto	Médio	Longo			
<b>PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL</b>						
Elaborar legislação ambiental municipal para as especificidades locais.	X			Recursos livres	Criar os instrumentos necessários ao exercício das funções de planejamento e fiscalização de todas as atividades que tenham interferência no meio ambiente do Município	15
Capacitar funcionários para o exercício do licenciamento ambiental dos empreendimentos a serem implantados no Município, especialmente nas áreas de maior vulnerabilidade, onde a ocupação será controlada por meio de diretrizes do poder público, através da exigência a ser criada de: PCA (Plano de Controle Ambiental Preliminar); EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente); EIVI/RIV (Estudo de Impacto de Vizinhança/Relatório de Impacto de Vizinhança).	X			Recursos livres		15
Oferecer incentivo fiscal para os proprietários das edificações implantarem a calçada ecológica.	X	X	X			2 e 15
Contratar profissional na área ambiental	X	X	X	Recursos livres		15
Aplicar penalidades às infrações definidas em lei ambiental municipal.	X	X	X			15
Realizar mapeamento detalhado e georreferenciado do uso do solo de maneira a gerar instrumento para a revisão do macrozoneamento e do zoneamento.		X		Recursos livres	Compatibilizar as políticas de Meio Ambiente e de Saneamento	11 e 15



Ações e/ou Investimentos	Prazo de Execução			Fonte de Recursos	Diretrizes	ODS/ Metas
	Curto	Médio	Longo			
<b>PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL</b>						
Fazer vistoria e relatório bimestrais das áreas ambientalmente frágeis, verificando (se houver): qualidade da água, adensamento vegetal, biodiversidade, situação de processos erosivos e assoreamentos, presença de edificações, ou outras intervenções humanas nocivas.	X	X	X	Recursos livres; Fundo Meio Ambiente	Compatibilizar usos e resolver conflitos de interesse entre áreas agrícolas e de preservação ambiental	11 e 15
Elaboração de um programa de conservação de solos e Águas				Recursos livres	Monitorar o uso dos solos urbano e rural, a poluição do ar, do solo e da água, principalmente mananciais	11 e 15
Programa de Proteção de Nascentes	X	X	X	Recursos livres; Fundo Meio Ambiente		11 e 15
Área do antigo lixão será destinado restritamente para a compostagem dos resíduos de poda e varrição.		X				3 e 15
Adquirir terreno para compostagem de resíduos orgânicos	X	X	X	Recursos livres;		11 e 15
Conservação de solos nas áreas de entorno da sede e dos distritos.	X	X	X	Recursos livres; Fundo Meio Ambiente	Garantir o corredor de biodiversidade Iguaçu	11 e 15
Aquisição de área lindeira ao parque para anexar ao mesmo.	X	X	X	Recursos livres; Fundo Meio Ambiente	Estruturar o Parque Estadual Guarani	11 e 15



Ações e/ou Investimentos	Prazo de Execução			Fonte de Recursos	Diretrizes	ODS/ Metas
	Curto	Médio	Longo			
<b>PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL</b>						
Capacitar equipe da prefeitura para podas e retiradas de árvores.	X			Recursos livres;	Desenvolver programa que enfoque o atendimento de 12 m <sup>2</sup> de áreas verdes por habitante, exigidos pela OMS	11 e 15
Implantar a educação ambiental nas escolas da rede pública, através de projeto que contemple tanto atividades cognitivas (visitas a locais ambientalmente frágeis e parques ecológicos) como atividades práticas (plantio de árvores, coleta de material reciclável, etc).	X	X	X	Recursos livres; Fundo Meio Ambiente	Incentivar o uso adequado de fontes naturais	4 e 15
Desenvolver campanhas educativas voltadas à redução do desperdício da água potável e alimentos	X	X	X	Recursos livres; Fundo Meio Ambiente	Criar política de controle da exploração prejudicial através da conscientização ambiental	12
Realizar palestras com os produtores rurais para conscientização sobre uso racional da água, do solo e das matas, criando rede de vigilância coletiva.	X	X	X	Recursos livres; Fundo Meio Ambiente		12
Ampliação e manutenção de Unidade de Valorização de Recicláveis-UVR		X		Recursos livres; Fundo Meio Ambiente	Incentivar o uso adequado de fontes naturais	15
Trocar todos os materiais passíveis de substituição por outros reciclados e/ou recicláveis, na Administração Municipal.	X	X	X	Recursos livres; Fundo Meio Ambiente	Criar política de controle da exploração prejudicial através da conscientização ambiental	11
Implantar Parque de Lazer para incentivo ao turismo sustentável			X	Recursos livres;		8 e 11



Ações e/ou Investimentos	Prazo de Execução			Fonte de Recursos	Diretrizes	ODS/ Metas
	Curto	Médio	Longo			
<b>PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL</b>						
Recuperar de área invadida com intenso plantio de árvores e implantação de mobiliário de esporte e lazer (bancos, postes, lixeiras, barras de alongamento e pista de caminhada) a faixa de preservação dos córregos Trigolândia (posteriormente à relocação das famílias hoje instaladas irregularmente).	X	X		Recursos livres; Fundo Meio Ambiente	Recuperar as áreas degradadas e garantir a preservação dos rios e córregos	15
Oferecer incentivos a proprietários rurais que recuperam áreas de preservação permanente.	X	X	X		Recuperar as áreas degradadas e garantir a preservação dos rios e córregos	2
Cadastrar áreas Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)	X	X	X		Desenvolver programa que enfoque o atendimento de 12 m <sup>2</sup> de áreas verdes por habitante, exigidos pela OMS	13
Elaborar Plano de Arborização Municipal para incrementar a arborização das vias urbanas com espécies adequadas, preferencialmente nativas.	X			Recursos livres;		13
Plantio de mudas de árvores nos passeios públicos respeitando legislação vigente.	X	X	X	Recursos livres; Fundo Meio Ambiente		15
Programa de energia renovável nos prédios públicos.		X		Recursos livres; Fundo da Iluminação Pública	Incentivar a utilização de fontes alternativas de energia	7
Incentivar estabelecimentos comerciais ou industriais que fizerem o reuso de água, aproveitamento de energia solar ou eólica e água da chuva.	X	X	X			12



### 3.2 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

**Tabela 3** Ações e Investimentos - Desenvolvimento Socioeconômico - Agricultura

Ações e/ou Investimentos	Prazo de Execução			Fonte de Recursos	Diretrizes	ODS/ Metas
	Curto	Médio	Longo			
<b>DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO</b>						
<b>AGRICULTURA</b>						
Elaborar Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável, levando em consideração a vocação agrícola do Município, privilegiando: fortalecimento dos elos das cadeias produtivas desde a produção até a comercialização; aproveitamento do potencial produtivo local; e articulação entre os agentes econômicos do Município.	X			Recursos Livres	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Investir mais em políticas de incentivo à agricultura</li> <li>✓ Implementar e apoiar programas e iniciativas de geração de oportunidades de trabalho e renda, principalmente para jovens e mulheres</li> </ul>	12
Elaborar e implantar programa de agroindústria.	X	X	X	Recursos Livres		12
Oferecer cursos de capacitação aos produtores rurais, respeitando o zoneamento agrícola oficial, tais como: reforma de pastagem; meio ambiente: recomposição de matas ciliares e reserva legal; pomar e horta caseira; fruticultura comercial.	X			Recursos Livres	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental</li> <li>✓ Oferecer apoio à diversificação da produção agrícola</li> <li>✓ Fomentar atividades econômicas com tecnologia e uso intensivo de conhecimentos e informações</li> <li>✓ Promover cursos de capacitação e aperfeiçoamento para fortalecimento, entrada e prospecção de atividades</li> </ul>	2 e 12



					produtivas de maior potencial e dinamismo econômicos sustentáveis	
--	--	--	--	--	---	--

Ações e/ou Investimentos	Prazo de Execução			Fonte de Recursos	Diretrizes	ODS/ Metas
	Curto	Médio	Longo			
<b>DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO</b>						
<b>AGRICULTURA</b>						
Estimular a exploração agropecuária por meio de práticas agroecológicas e Manejo de pragas e doenças.	X	X	X		Oferecer apoio à diversificação da produção agrícola	2 e 12
Utilizar métodos participativos, e reuniões entre os grupos de interesse e os responsáveis pelas entidades executoras/apoiadoras (por área de interesse), em que seriam tomadas as decisões, definidas responsabilidades e feitos encaminhamentos para o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.	X	X	X		Desenvolver parceria entre associações de produtores rurais, vileiros, conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável e todos os órgãos do município, principalmente a prefeitura municipal e a secretaria da agricultura e meio ambiente	2, 8 e 12
Facilitar o atendimento a agricultores familiares (crédito rural), incrementando e expandindo os negócios nas diversas atividades.	X	X	X		Criar alternativas concretas para aumentar a renda nas unidades produtivas, e concomitantemente melhorar as condições próprias da comunidade com um todo, privilegiando os empreendimentos comunitários	2, 8 e 12
Divulgar feiras, eventos e exposições regionais aos produtores locais e organizar idas a tais acontecimentos, reduzindo custos.	X	X	X			2, 8 e 15
Patrulhas Agrícolas para associação de produtores rurais	X	X	X	Emenda parlamentar/ Recursos livres	Promover condições para orientar, capacitar o sistema produtivo local e atender as demandas por produtos e serviços;	15
Contratar 01(um) Médico Veterinário, para a Secretaria Municipal de Agricultura	X	X	X	Recursos livres		2 e 15



Ações e/ou Investimentos	Prazo de Execução			Fonte de Recursos	Diretrizes	ODS/ Metas
	Curto	Médio	Longo			
<b>DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO</b>						
<b>AGRICULTURA</b>						
Incentivar a associação dos produtores autônomos sem empresas constituídas, na forma de cooperativas.	X	X	X		Incentivar a organização associativa e cooperativa dos agentes engajados na produção rural e urbana de produtos e serviços	2 e 12
Atuar em conjunto com a Associação Comercial na busca de melhores oportunidades para o fortalecimento do comércio promovendo cursos profissionalizantes e de capacitação destinados ao desenvolvimento de técnicas atualizadas aplicáveis no setor.	X	X	X			2 e 12
Firmar convênios com o SINE, o SENAC, o SESI/SENAI e outros para facilitar cursos profissionalizantes para as empresas que demandam mão-de-obra local mais qualificada.	X	X	X		Promover condições para orientar, capacitar o sistema produtivo local e atender as demandas por produtos e serviços; Promover a melhoria da qualificação profissional da população	2 e 15
Oferecer pontos de venda permanentes para Agricultura Familiar.	X	X	X		Apoiar iniciativas de comercialização direta entre os produtores familiares e os consumidores	2 e 15
Centro de Recepção e distribuição e comercialização de produtos da agricultura Familiar	X	X	X			2 e 15
Apoiar iniciativas na instalação de biodigestores nas granjas suínos e leite		X			✓ Compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental	2 e 15



**Tabela 4** Ações e Investimentos - Desenvolvimento Socioeconômico - Saúde

Ações e/ou Investimentos Valor (R\$)	Prazo de Execução			Fonte de Recursos	Diretrizes	ODS/ Metas
	Curto	Médio	Longo			
<b>DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO</b>						
<b>SAÚDE</b>						
Ampliar para 100% cobertura populacional pelos agentes comunitários de saúde	X				✓ Desenvolver uma política de Recursos Humanos adequada para garantir número suficiente de profissionais com base na estrutura física e nos equipamentos de saúde	3
<b>Hospital Municipal (HM)</b>						
Construção/ Adequação/ Reforma de edificações para atendimento à saúde	X			Recursos livres	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Realizar qualificação física nas edificações existentes e construção de novos edifícios para suporte a demanda de saúde</li> <li>✓ Garantir cobertura populacional de 100% pela Estratégia Saúde da Família;</li> <li>✓ Garantir o SUS conforme seus princípios e políticas</li> <li>✓ Desenvolver Políticas de Saúde cada vez mais voltadas à prevenção/educação em saúde</li> </ul>	3 e 11





Ações e/ou Investimentos	Prazo de Execução			Fonte de Recursos	Diretrizes	ODS/ Metas
	Curto	Médio	Longo			
<b>DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO</b>						
<b>SAÚDE</b>						
Aquisição de terrenos para construção das unidades básicas de saúde.			X	Recursos livres	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Garantir o SUS conforme seus princípios e políticas</li> <li>✓ Realizar qualificação física nas edificações existentes e construção de novos edifícios para suporte a demanda de saúde</li> </ul>	3 e 11
Manutenção ou aquisição de equipamentos de informática para as unidades de saúde.	X			Recursos livres	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Desenvolver Políticas de Saúde cada vez mais voltadas à prevenção/educação em saúde</li> </ul>	3
Construção e manutenção de escovódromos cobertos nas escolas e creches municipais	X			Recursos livres	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Realizar adequação (manutenção/aquisição) de veículos e equipamentos municipais de saúde</li> </ul>	3 e 4
Manutenção ou substituição dos veículos da frota da saúde	X			Emenda parlamentar/ Recursos livres	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Desenvolver políticas de saúde com base no Perfil Epidemiológico Municipal e Regional</li> </ul>	3 e 11
Aquisição e manutenção preventiva dos equipamentos da saúde	X			Recursos livres		3



**Tabela 5** Ações e Investimentos - Desenvolvimento Socioeconômico - Infraestrutura

Ações e/ou Investimentos	Prazo de Execução			Fonte de Recursos	Diretrizes	ODS/ Metas
	Curto	Médio	Longo			
<b>DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO</b>						
<b>INFRAESTRUTURA</b>						
Ampliar a rede de coleta de esgoto urbana.	X	X		Recursos livres /SANEPAR	✓ Atender 100% da área urbana com água tratada e coleta e tratamento de esgoto	6, 9 e 15
Realizar levantamento de todas as fossas na área urbana, a fim de advertir os proprietários em situação irregular e penalizar aqueles que não se adequarem em prazo estabelecido em legislação ambiental municipal.	X				✓ Coibir a construção de fossas nas calçadas	6, 9 e 15
Fazer vistoria e relatório anuais das galerias de águas pluviais para verificar ligações clandestinas de esgoto e penalizar os proprietários segundo legislação ambiental municipal.	X	X	X		✓ Coibir ligações clandestinas de esgoto às galerias de águas pluviais	6, 9 e 15
Canalização do córrego Três Barras para redução de riscos de alagamentos	X	X	X	Recursos Livres	✓ Ampliar rede de drenagem de águas pluviais e pavimentação até atingir 100% de cobertura da área urbana, a fim de combater os problemas de erosão do solo	6, 9 e 15
Estabelecer Programa para cadastramento de pequenos animais domésticos.	X	X	X		✓ Desenvolver programa para gestão de animais domésticos no município	9 e 15
Estabelecer plano de destinação adequada de carcaça animais	X	X	X	Recursos Livres		9 e 15
Definir destinação de resíduos especiais como: pneus, eletroeletrônicos, resíduos volumosos e rejeitos de matadouros, de criação de suínos, etc.	X				✓ Desenvolver projeto para a destinação de resíduos especiais	9



Ações e/ou Investimentos	Prazo de Execução			Fonte de Recursos	Diretrizes	ODS/ Metas
	Curto	Médio	Longo			
<b>DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO</b>						
<b>INFRAESTRUTURA</b>						
Pavimentar as estradas rurais classificadas como vias coletoras.	X			Emenda parlamentar/ Recursos livres	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Investir na qualificação da infraestrutura viária municipal</li> <li>✓ Ampliar rede de drenagem de águas pluviais e pavimentação até atingir 100% de cobertura da área urbana, a fim de combater os problemas de erosão do solo</li> <li>✓ Solucionar conflito entre arborização urbana e iluminação pública</li> </ul>	9 e 15
Pavimentar com pedra irregular as estradas rurais	X	X		Emenda parlamentar/ Recursos livres		9 e 15
Pavimentação asfáltica inclusive na via ligando a rua Alto Alegre até a PR 484		X		Emenda parlamentar/ Recursos livres		9 e 15
Substituir pontes deterioradas por pontes de concreto.		X		Recursos livres		9 e 15
Pavimentar as vias urbanas que se encontram em leito natural (tanto da sede quanto dos distritos de Três Barras do Paraná).	X	X	X	Emenda parlamentar/ Recursos livres		9 e 15
Pavimentação asfálticas em vias urbanas	X	X	X	Emenda parlamentar/ Recursos livres		9 e 15
Pavimentação asfáltica em vias rurais e conexão entre todo o sistema viário municipal	X	X	X	Emenda parlamentar/ Recursos livres		9 e 15
Recuperação das estradas com pavimentação de pedras irregulares com recape asfáltico	X	X	X	Emenda parlamentar/ Recursos livres		9



Ações e/ou Investimentos	Prazo de Execução			Fonte de Recursos	Diretrizes	ODS/ Metas
	Curto	Médio	Longo			
<b>DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO</b>						
<b>INFRAESTRUTURA</b>						
Implantar calçadas ecológicas e, com acessibilidade em vias publicas	X	X	X	Emenda parlamentar/ Recursos livres	✓	9
Viabilizar nova área para o Cemitério Municipal com capela mortuária	X			Recursos livres		9
Regularizar os cemitérios, com rede de drenagem, arborização, pavimentação etc., conforme exigências do IAP.	X			Recursos livres		9
Elaborar legislação funerária municipal.	X					9
Revisar Plano de Gestão de Resíduos Sólidos.	X			Recursos livres	✓ Criar sistemas de manejo mais sustentáveis dos materiais reciclável, de entulho de construção civil, orgânico e resultante de poda de vegetação ✓ Desenvolver projeto de reciclagem do entulho para a construção civil, possibilitando a redução de custos para os projetos de habitação popular	9
Dar apoio a iniciativas particulares de coleta seletiva, principalmente a associações de coletores de material reciclável, através de isenções tributárias, parcerias ou publicidade.	X					9
Treinar pessoal para trabalhar no manejo dos resíduos recicláveis, de entulho de construção civil, de poda de vegetação e orgânicos.	X					8 e 9
Aquisição de Máquinas, Veículos e equipamentos para atendimento de todos os departamentos.	X			Emenda parlamentar/ Recursos livres	✓ Qualificar/Adquirir maquinário e veículos para atender a demanda municipal	9
Construir Parque de Máquinas Municipal		X		Recursos livres		9



Ações e/ou Investimentos	Prazo de Execução			Fonte de Recursos	Diretrizes	ODS/ Metas
	Curto	Médio	Longo			
<b>DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO</b>						
<b>INFRAESTRUTURA</b>						
Legislação Municipal que regulamente o uso de canudos plásticos, sacolas plásticas comuns, copos e pratos plásticos.	X					9 e 15
Modernização e ampliação da iluminação pública na sede e nos distritos	X			Recursos livres	✓ Promover a manutenção/atualização constante da infraestrutura existente	7 e 9
Construir edifício para a Camara Municipal			X	Recursos livres		7 e 9
Reforma / adequação do Paço Municipal	X	X	X	Recursos livres		9
Adequação dos edifícios públicos e infraestrutura pública para a utilização de energias alternativas	X	X	X	Recursos livres		7 e 9
Construção de Portais para Acessos à cidade		X		Recursos livres		9
Construção de Terminal Rodoviário Intermunicipal		X		Recursos livres		11
Construção de Barracões Comerciais		X		Recursos livres		9



**Tabela 6** Ações e Investimentos - Desenvolvimento Socioeconômico - Educação

Ações e/ou Investimentos	Prazo de Execução			Fonte de Recursos	Diretrizes	ODS/ Metas
	Curto	Médio	Longo			
<b>DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO</b>						
<b>EDUCAÇÃO</b>						
Apoiar programas Federais de fortalecimento da alfabetização.	X					4 e 5
Ofertar vagas no ensino noturno p/ o EJA.		X				4
Estimular a livre organização e manifestação do corpo discente e docente por meio de Grêmios Estudantil Conselho Escolar e APMF, objetivando a sua participação efetiva na comunidade e na sociedade.	X					4
Incentivar o desenvolvimento intelectual dos alunos através da estimulação de visitas a parques, museus que ampliem sua cultura.	X					4 e
Adequar os edifícios públicos do setor ao acesso de deficientes conforme <b>NBR 9050 – Acessibilidade</b> .		X		Recursos livres		4 e 11
Adequar os espaços escolares conforme demanda.				Recursos livres		4
Reestruturar a Casa Familiar Rural	X			Recursos livres		4
Adquirir lixeiras para separação dos recicláveis nas escolas municipais.		X		Recursos livres		4
Promover atividades extracurriculares, mantendo por um período mais longo o aluno na escola como aulas de pintura, música, dança, teatro, culinária, tapeçaria, esporte, reforço escolar, entre outros, promovendo uma educação em tempo integral gradativamente.			X	Recursos livres		4
Incentivar as instituições de ensino para atividades extracurriculares, eventos, comemorações festivas, cursos e palestras, integrando família, escola e comunidade em suas atividades e em seus espaços de lazer e esporte.	X			Recursos livres		4
Buscar parcerias dos governos federal e estadual para aquisição de ônibus para ampliar a frota de transporte escolar.			X	Recursos livres/ FNDE		4
Criar cursos profissionalizantes nos pós níveis médio e superior via Instituto Federal do Paraná e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).	X					4 e 8



Ações e/ou Investimentos	Prazo de Execução			Fonte de Recursos	Diretrizes	ODS/ Metas
	Curto	Médio	Longo			
<b>DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO</b>						
<b>EDUCAÇÃO</b>						
Investir na capacitação profissional dos funcionários da educação pública municipal, nos diferentes níveis e modalidades, por meio de contratação de palestrante e aquisição de materiais de expediente.	<b>X</b>			Recursos livres		4
Informatizar a rede de ensino.		<b>X</b>		Recursos livres		4
Ampliar e/ou reformar as instituições que atendem a Educação Infantil (Cmei Sonho de Criança e Cmei Anaju)			<b>X</b>	Recursos livres /FNDE		4 e 11
Buscar parcerias junto ao governo federal para construção de um novo Centro Municipal de Educação Infantil.			<b>X</b>	Recursos livres/ FNDE		4
Buscar parcerias para construção de quadras e reformas para as mesmas nas instituições que se fazem necessárias.			<b>X</b>	Recursos livres /FNDE		4
Aquisição de materiais pedagógicos e de expediente (brinquedos, cadernos, entre outros).	<b>X</b>			Recursos livres /FNDE		4
Buscar parceria para aquisição de Condicionadores de ar e materiais de informática.			<b>X</b>	Recursos livres		4



**Tabela 7** Ações e Investimentos - Desenvolvimento Socioeconômico - Cultura

Ações e/ou Investimentos	Prazo de Execução			Fonte de Recursos	Diretrizes	ODS/ Metas
	Curto	Médio	Longo			
<b>DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO</b>						
<b>CULTURA</b>						
Mapear construções ou conjuntos de construções de valor arquitetônico para que sejam preservadas por meio de instrumentos legais como transferências do direito de construir.		X			✓ Valorizar e fomentar as manifestações culturais locais fortalecendo e contemplando a diversidade cultural	11
Ampliar acervo da Biblioteca Pública Municipal.		X		Recursos Livres		11
Construir Centro Cultural Municipal		X		Recursos Livres		11
Construir Centro de Eventos no Município		X		Recursos Livres		11
Estabelecer Calendário anual, de realização e promoção de Festivais, Mostras e Eventos artístico-culturais municipais e Regionais, visando oportunizar aos artistas locais a divulgação de seu trabalho e a revelação de potenciais artísticos, buscando a projeção dos mesmos no cenário cultural do município e da região;			X		✓ Estabelecer Calendário anual, de realização e promoção de Festivais, Mostras e Eventos artístico-culturais municipais e Regionais, visando oportunizar aos artistas locais a divulgação de seu trabalho e a revelação de potenciais artísticos, buscando a projeção dos mesmos no cenário cultural do município e da região	11
Organizar calendário de eventos.	X					11
Promover concursos e exposições municipais, com ou sem premiação, estimulando a produção e divulgação pública de trabalhos de qualidade.	X			Recursos livres	✓ Promover concursos e exposições municipais, com ou sem premiação, estimulando a produção e divulgação pública de trabalhos de qualidade	11





Ações e/ou Investimentos	Prazo de Execução			Fonte de Recursos	Diretrizes	ODS/ Metas
	Curto	Médio	Longo			
<b>DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO</b>						
<b>CULTURA</b>						
Apoiar e realizar eventos culturais para a comunidade em geral (apresentações teatrais, circenses, musicais, etc.).	X				✓ Estimular a participação da sociedade civil em projetos e programas na área cultural, visando promover o apreço pela cultura	11
Manter os eventos tradicionais do município como bailes, festivais, apresentação musical, dança, rodeio crioulo, rodeio country, desfile cívico, entre outros;	X			Recursos livres	✓ Manter os eventos tradicionais do município como bailes, festivais, apresentação musical, dança, rodeio crioulo, rodeio country, desfile cívico, entre outros	8 e 11
Estimular a produção artístico-cultural, divulgando programas desenvolvidos em articulação com outras secretarias.	X					11
Incentivar a participação da comunidade em favor de programas e projetos artísticos culturais, buscando a expansão das atividades culturais na sociedade;	X	X	X		✓ Apoiar e realizar eventos culturais para a comunidade em geral (apresentações teatrais, circenses, musicais, etc.)	11
Garantir a participação dos artistas locais/regionais no Calendário de eventos da cidade, dando visibilidade a esses artistas, inclusive, possibilitando que os mesmos possam estar participando de eventos com outros artistas;	X	X	X			8 e 11
Criar um processo mais efetivo e eficiente de apoio aos eventos, produções e ações artísticas culturais e funcionais, já existentes no município.	X	X	X	Recursos livres		8 e 11
Incentivar publicações sobre a história do Paraná e, em especial, a história do Município.		X		Recursos livres	✓ Incentivar ações que favoreçam o intercâmbio de conhecimentos, visando facilitar a inclusão e a participação de pessoas e de grupos culturais variados	11
Buscar incentivos financeiros para a construção de Centro de Convenções e eventos.			X	Emenda parlamentar/ Recursos livres		11



**Tabela 8** Ações e Investimentos - Desenvolvimento Socioeconômico - Esporte, Lazer e Turismo

Ações e/ou Investimentos	Prazo de Execução			Fonte de Recursos	Diretrizes	ODS/ Metas
	Curto	Médio	Longo			
<b>DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO</b>						
<b>ESPORTE, LAZER E TURISMO</b>						
Criar escolinhas esportivas em todas as modalidades como: futebol, ginástica, vôlei e outras.		X			✓ Desenvolver e implantar projetos para melhorar o acesso ao esporte	11
Criar calendário anual esportivo Municipal e Regional		X				11
Melhorar Ginásios Municipais, Mario Lopes, Alto Campo e Jardim Floresta.		X		Recursos livres	✓ Promover atividades esportivas diversificadas extracurriculares	11
Ampliar a área de treinamento nas comunidades: Santo Isidoro, Barra Bonita e Alto Alegre.		X		Recursos livres	✓ Promover o esporte como forma de prevenção à marginalidade social	11
Construir arquibancadas nas quadras de esporte do Jardim Floresta e do Alto Campo.			X	Recursos livres	✓ Ter o esporte como forma de divulgação e captação de eventos e recursos para o município ✓ Incentivar os atletas amadores a participarem de eventos estaduais e nacionais	11
Dotar a praia artificial de infraestrutura.		X		Recursos livres		11
Criar um núcleo de produção de artesanato e culinária como atrativo turístico		X		Recursos livres	✓ Promover o desenvolvimento da infraestrutura de apoio ao turismo	5, 8 e 11
Desenvolver atividades do eco esporte no Parque Estadual Guarani com a população local em grupos afins		X		Recursos livres	✓ Ampliar a oferta de áreas verdes públicas qualificadas (com equipamentos de lazer, esporte e infraestrutura) a toda população	11



Ações e/ou Investimentos	Prazo de Execução			Fonte de Recursos	Diretrizes	ODS/ Metas
	Curto	Médio	Longo			
<b>DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO</b>						
<b>ESPORTE, LAZER E TURISMO</b>						
Criar um sistema de identificação visual de informações sobre locais de turismo que facilite a identificação dos postos turísticos e das instituições de utilidade pública e de serviços, com placas indicativas nas saídas e entradas das cidades vizinhas.		X		Recursos livres	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Apoiar e promover eventos com potencial turístico</li> <li>✓ Compatibilizar os eventos e iniciativas turísticas com as potencialidades culturais, educacionais e naturais do município e da região</li> </ul>	8 e 11
Confeccionar roteiro de visitas dos pontos interessantes levantados no inventário turístico para incentivar o ecoturismo e turismo rural.		X		Recursos livres		11
Formular calendário turístico regional contendo os principais eventos do município, o que divulga e harmoniza o turismo municipal em relação ao regional.		X		Recursos livres		11
Incluir o município na Rota Turística do Paraná	X					
Buscar junto ao SEBRAE meios de apoiar o setor empresarial da cadeia do turismo no oeste do Paraná (desenvolver projetos, programas, promovendo cursos, palestras, fornecendo incentivos fiscais, etc.).		X			<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Somar forças regionalmente no sentido de priorizar o turismo no Rio Iguaçu, assegurando espaço a todos os municípios</li> </ul>	8 e 11
Construir mirante/ Observatório em áreas de incentivo ao turismo		X		Recursos livres		8 e 11
Construir infraestrutura para atender a Rota Turística do Lago de Salto Caxias (Rio Iguaçu)						
Aprimorar os eventos de pesca, com maior valorização ambiental e regulamentação deste turismo e dos esportes náuticos.		X			<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Dar apoio a iniciativas particulares na abertura de estabelecimentos de comércio voltado ao turismo como restaurantes, pousadas, pesque-pague etc</li> </ul>	10 e 11



**Tabela 9** Ações e Investimentos - Desenvolvimento Socioeconômico - Assistência Social

Ações e/ou Investimentos	Prazo de Execução			Fonte de Recursos	Diretrizes	ODS/ Metas
	Curto	Médio	Longo			
<b>DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO</b>						
<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>						
Manter sistema informatizado de informações sociais – IDS - Social;	<b>X</b>				✓ Manter e garantir o funcionamento do sistema de identificação social do município (IDS- Social)	10
Ampliar a oferta e cobertura dos serviços para comunidades do interior com difícil acesso, visando o atendimento as famílias em vulnerabilidade social;		<b>X</b>			✓ Integrar as Políticas de Assistência Social com as demais políticas públicas	1, 2, 10 e 16
Adequar o quadro de funcionários de acordo com a tipificação nacional e NOBSUAS;		<b>X</b>		Recursos livres	✓ Garantir recursos para manutenção e execução dos programas, projetos e serviços desenvolvidos pela Secretaria de Assistência Social de acordo com a tipificação nacional	10
Ampliação do CEACA – Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente;		<b>X</b>		Recursos livres		10 e 16
Garantir a Proteção Social Básica e especial de alta e média complexidade a população que se encontram em situação de vulnerabilidade e ou risco social;	<b>X</b>					1, 2, 10 e 16
Garantir pleno funcionamento do PAIF;	<b>X</b>					10



Ações e/ou Investimentos	Prazo de Execução			Fonte de Recursos	Diretrizes	ODS/ Metas
	Curto	Médio	Longo			
<b>DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO</b>						
<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>						
Garantir capacitação continuada para trabalhadores do SUAS	X	X	X	Recursos livres	✓ Implantar o SUAS – Sistema Único de Assistência Social	10
Fortalecimento da Rede Socioassistencial – SUAS;	X				✓ Garantir a participação dos Conselhos de Direitos no processo de construção das propostas orçamentarias no âmbito do SUAS - Sistema Único de Assistência Social	10
Criar e Incentivar estratégias e Ações de qualificação profissional buscando a colocação do usuário no mercado formal ou informal de trabalho;	X	X		Recursos livres	✓	8 e 10
Fomentar a rede de proteção à criança e ao adolescente, ao idoso e famílias em situação de risco assegurando a identificação de seus direitos e deveres;	X				✓ Garantir e manter o pleno funcionamento dos Conselhos Municipais de Direitos	10
Apoiar a rede de proteção a pessoa com deficiência;	X					10 e 16
Garantir a proteção e atendimento integral a família priorizando a matricialidade familiar;	X				✓	10
Manter e Ampliar o Programa Família Acolhedora no âmbito municipal;	X				✓	10



**Tabela 10** Ações e Investimentos - Desenvolvimento Socioeconômico - Habitação de Interesse Social

Ações e/ou Investimentos	Prazo de Execução			Fonte de Recursos	Diretrizes	ODS/ Metas
	Curto	Médio	Longo			
<b>DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO</b>						
<b>HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL</b>						
Criar o Conselho Municipal de Habitação, elencando representantes de entidades de classe, como o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), para participarem da aprovação dos projetos públicos, com o fim de garantir a qualidade das construções da população de baixa renda.	X				✓ Promover a toda população moradia digna, ou seja, com qualidade construtiva, com custo justo, provida de infraestrutura, com acesso a fonte de trabalho e aos serviços públicos básicos de educação, saúde, cultura e segurança;	11
Criar o Fundo Municipal de Habitação.	X					11
Elaborar Plano Municipal de Habitação.	X			Recursos Livres		11
Elaborar Plano de Regularização Fundiária Sustentável.	X			Recursos Livres		11
Buscar junto aos governos do Estado e da União a construção de novas unidades habitacionais para sanar o deficit municipal	X			COHAPAR/BID	✓ Promover a regularização fundiária sustentável conforme a Resolução do CONAMA nº 369;	11
Cadastrar as famílias que sofrem com o deficit habitacional no Município, a fim de promover em ordem de prioridades as ações necessárias para a solução desse deficit e controlar as famílias, coibindo a proliferação da ocupação irregular no Município.	X				✓ Cuidar da produção de habitação de interesse popular zelando pela qualidade dos usos e ocupações do solo e da paisagem urbana.	11
Aquisição de Terrenos programas de habitação	X			Recursos Livres		11 e 15



**Tabela 11** Ações e Investimentos - Desenvolvimento Socioeconômico - Segurança Pública

Ações e/ou Investimentos	Prazo de Execução			Fonte de Recursos	Diretrizes	ODS/ Metas
	Curto	Médio	Longo			
<b>DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO</b>						
<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>						
Implantar o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência);					✓ Prevenir e envolvimento de jovens e adolescentes com o uso e tráfico de drogas	16
Capacitar os policiais sobre projetos e programas				Recursos Livres	✓ Promover a integração de segurança pública com os programas e eventos realizados no município	16
Aumentar o número de efetivos de maneira compatível com as tarefas necessárias de patrulhamento na área urbana e rural.				Recursos Livres		16



**Tabela 12** Ações e Investimentos - Desenvolvimento Socioeconômico - Defesa Civil

Ações e/ou Investimentos	Prazo de Execução			Fonte de Recursos	Diretrizes	ODS/ Metas
	Curto	Médio	Longo			
<b>DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO</b>						
<b>DEFESA CIVIL</b>						
Elaborar Plano Diretor de Defesa Civil;		X				11
Implementar programas de mudança cultural e de treinamento de voluntários conscientizando a população acerca de suas responsabilidades frente a prevenção de desastres;	X			Recursos Livres	✓ Incentivar o engajamento de comunidades participativas, informadas, preparadas e conscientes de seus direitos e deveres relativos à segurança comunitária contra desastres;	11 e 13
Incluir programas relativos à redução de desastres, valorização da vida humana, primeiros socorros e reanimação cardiorrespiratória nas escolas;	X				✓ Prevenir a redução de desastres no território municipal;	11
Vistoriar áreas onde possivelmente haja risco de desastres e, se necessário, fazer advertências para reduzir as situações de risco;	X				✓ Apoiar a organização e o funcionamento de Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC, de forma articulada.	11
Executar canalizações emergenciais das águas pluviais nas áreas de risco ou iminente;			X	Recursos Livres		11
Remover em caráter prioritário todos os imóveis condenados, objetivando evitar a reocupação ou a permanência de famílias;		X		Recursos Livres		11
Capacitar bombeiros comunitários;	X			Recursos Livres	✓ Incentivar o engajamento de comunidades participativas, informadas, preparadas e conscientes de seus direitos e deveres relativos à segurança comunitária contra desastres;	11
Prover o sistema com veículo, equipamentos e materiais para atendimento em situação emergencial;		X		Recursos Livres	✓ Prevenir a redução de desastres no território municipal; ✓ Apoiar a organização e o funcionamento de Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC, de forma articulada.	11





**Tabela 13** Ações e Investimentos - Institucional

Ações e/ou Investimentos	Prazo de Execução			Fonte de Recursos	Diretrizes	ODS/ Metas
	Curto	Médio	Longo			
<b>DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL</b>						
Criar Departamento de Planejamento Territorial Municipal com quadro técnico em que conste arquiteto urbanista e engenheiro civil, dentro da Secretaria de Obras, Urbanismo e Transporte, para centralizar decisões acerca do PDM a fim de implantá-lo.	X				✓ Criar o Fundo de Desenvolvimento Municipal, a ser gerido pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal, para o atendimento dos objetivos e diretrizes elencados no Plano Diretor	16
Criar o Fundo de Desenvolvimento Municipal, a ser gerido pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal, para o atendimento dos objetivos e diretrizes elencadas no Plano Diretor.	X				✓ Incentivar e fortalecer a participação popular para concretizar o plano diretor, o orçamento participativo e a iniciativa popular de projetos de lei;	16
Comunicar ao Instituto Nacional de Colonização (INCRA) a aprovação do PDM e de nova delimitação do Perímetro Urbano da Sede e do Distrito, encaminhando cópias das leis e respectivas plantas com os polígonos que delimitam os perímetros para caracterizar os territórios sujeitos ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), de responsabilidade do Município e ao Imposto Territorial Rural (ITR), de responsabilidade da União.	X				✓ Articular governo, sociedade civil, entidades e outros órgãos não governamentais	16
Encaminhar cópias das Leis dos Perímetros Urbanos e da Lei de Parcelamento do Solo para fins urbanos para os Cartórios de Registro de Imóveis, formalizando-se para que sejam registrados novos loteamentos, desmembramentos e remembramentos, no âmbito do Município, somente após a aprovação formal da Prefeitura do Município, observando a legislação municipal integrante do PDM.	X				✓ Criar o Fundo de Desenvolvimento Municipal, a ser gerido pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal, para o atendimento dos objetivos e diretrizes elencados no Plano Diretor;	16
Implantar o Sistema de Planejamento Integrado para garantir a participação de todos os departamentos municipais, órgãos estaduais atuantes no município e a população nos processos decisórios e de formulação de estratégias para o desenvolvimento municipal, implicando eficiência ao evitar duplicidade de projetos e análises.	X				✓ Criar a Secretaria de Planejamento Municipal;	16
Elencar três representantes da administração pública e seis representantes da sociedade civil para comporem o Conselho de Desenvolvimento Municipal.	X				✓ Criar o Conselho de Desenvolvimento Municipal;	16



Ações e/ou Investimentos	Prazo de Execução			Fonte de Recursos	Diretrizes	ODS/ Metas	
	Curto	Médio	Longo				
<b>DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL</b>							
Adotar estratégias para a ampla divulgação e disponibilização do PDM aprovado, junto à população, utilizando-se dos meios de comunicação locais (site oficial do Município ou exclusivo para o PDM, por exemplo), tornando claros e conhecidos os objetivos e metas que levaram o Município a adotar o novo conjunto de diretrizes, leis e projetos prioritários para investimentos e quais as relações do PDM aprovado com o dia a dia das pessoas físicas e jurídicas do Município.	X					16	
Realizar eventos para a popularização do PDM aprovado e disponibilizar cópias do mesmo para os segmentos organizados da sociedade civil, Corpo de Bombeiros, Polícias Civil e Militar e também para arquitetos, engenheiros, contadores e corretores de imóveis, entre outros profissionais que atuam no Município.	X					✓ Garantir a implantação do Plano Diretor Municipal	16
Providenciar os impressos ou arquivos digitais para consultas prévias e alvarás, laudos de vistoria, notificações, autos de infração, Habite-se e demais modelos, conforme previsão nos instrumentos legais aprovados que compõem o PDM.	X						16
Implantar o fluxo dos documentos/processos exigidos para a implementação do PDM aprovado, disciplinando as responsabilidades, competências, tarefas e rotinas das unidades administrativas da Prefeitura.	X						16
Estabelecer mecanismos internos para que o PDM aprovado seja conhecido, em todos os detalhes, e técnica e legalmente entendido e defendido por toda a equipe municipal responsável por sua implementação.	X				✓ Garantir a implantação do Plano Diretor Municipal	16	
Monitorar, anualmente, a implementação do PDM utilizando como parâmetros a execução dos projetos priorizados e os indicadores administrativos, urbanísticos, de infraestrutura, sociais e econômicos idealizados pelo PDM, com a utilização dos dados disponíveis nos bancos de dados e monitorar, a cada dez anos, o PDM como um todo e submeter os resultados à população e à Câmara Municipal.	X					16	



Ações e/ou Investimentos	Prazo de Execução			Fonte de Recursos	Diretrizes	ODS/ Metas
	Curto	Médio	Longo			
<b>DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL</b>						
Capacitar e reciclar permanentemente os recursos humanos do Município que atuam na implementação do PDM aprovado (engenheiro, arquiteto, fiscais de obras e posturas, responsáveis pela aprovação de loteamento, desmembramentos, remembramentos, construções, ampliações, demolições, responsáveis pela liberação de alvarás de localização e funcionamento, pelo protocolo e pelo acompanhamento e controle de resultados).	X	X	X	Recursos Livres	✓ Promover a utilização do Sistema de Informações Geográficas Municipais (SIG); ✓ Promover a qualificação do sistema de informação municipal.	16
MODERNIZAÇÃO DE Internet em todos os computadores dos órgãos da administração Municipal e terminal de consulta.	X			Recursos Livres		16
Incluir as prioridades de investimentos decorrentes do PDM no Plano Plurianual (PPA), nas Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Orçamento Anual (LOA), instrumentos atuais e seguintes, para a viabilização de ações institucionais e de investimentos em infraestrutura e equipamentos urbanos e rurais para a consecução das diretrizes, objetivos e metas do PDM.	X					16
Implantar o Plano de Cargos e Carreiras.	X			Recursos Livres		16
Definir metodologia e protocolo de trabalho integrado das secretarias municipais utilizando o SIG por meio eletrônico.		X				16
Interligar em rede todo poder municipal.	X	X	X			16
Criar base de dados acessível por meio eletrônico a toda população.		X				Promover a qualificação do sistema de informação muni 16



Ações e/ou Investimentos	Prazo de Execução			Fonte de Recursos	Diretrizes	ODS/ Metas
	Curto	Médio	Longo			
<b>DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL</b>						
Estimular a participação da população, representada por seus segmentos organizados, no planejamento do Município através de Audiências, Conferências, Plebiscitos, Referendos e Consultas Públicas e de órgãos colegiados (Conselho de Desenvolvimento Municipal ou outros), devendo ser convocados os Conselhos para reuniões ordinárias e extraordinárias, para os casos previstos na legislação do PDM, cuidando de exarar atas dessas reuniões e emitir as Resoluções recomendadas.	X	X	X		✓ Garantir a implantação do Plano Diretor Municipal	16
Reformar prédio da Prefeitura.		X		Recursos Livres	✓ Garantir a qualidade dos edifícios públicos, prevendo reforma, ampliação e aquisição de modo a atender a demanda	16
Implantar o Sistema de Informações Geográficas Municipais (SIG) com base de dados sempre atualizada para planejar, implantar, monitorar, e avaliar o desenvolvimento municipal, subsidiando quaisquer tomadas de decisões.		X		Recursos Livres	✓ Promover a utilização do Sistema de Informações Geográficas Municipais (SIG);	16
Atualizar os dados referentes ao Município à medida que forem produzidos.		X		Recursos Livres	✓ Promover a qualificação do sistema de informação municipal.	16
Elaborar Plano Diretor de Tecnologia da Informática.		X		Recursos Livres		9 e 16
Informatizar a administração tributária.		X		Recursos Livres	✓ Fazer modernização tributária na Prefeitura para melhorar a arrecadação fiscal e consequentemente os serviços públicos;	9 e 16
Atualizar a planta genérica de valores.		X		Recursos Livres		16
Fazer recadastramento imobiliário.		X		Recursos Livres		16
Regularizar loteamentos dos distritos, provendo registro legal dos imóveis.		X		Recursos Livres		16
Atualizar o código tributário.		X		Recursos Livres		16



## 4 ORIENTAÇÕES PARA A IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS

As Ações apresentadas no presente documento, bem como os volumes anteriores que compõe o Plano Diretor, e os respectivos conteúdos e prazos, foram debatidas e priorizadas ao longo do processo de construção deste PDM.

Vários foram os fatores que orientaram a hierarquização de implantação das ações:

- ✓ Potencial para provocar rápida e eficiente melhora nas condições sociais e de qualidade de vida da população, especialmente daquela mais oprimida;
- ✓ Efetivação de pré-requisitos para implantação de outras atividades;
- ✓ Possibilidade de ingresso de novas receitas para o erário municipal, principalmente tendo em vista a atual baixa capacidade de endividamento e pagamento do município ;
- ✓ Existência real de recursos e/ou alternativas de parcerias para efetivação das ações;
- ✓ Amplitude dos pré-requisitos e/ou procedimento necessários anteriormente à execução das ações.

No entanto, a implementação destas ações depende de uma conjuntura favorável, e, portanto, podem ser definidas novas hierarquias e alternativas de execução ao longo do tempo. Esta flexibilidade é a razão deste Plano de Ação e Investimentos ser de certa forma independente do PDM. Assim, este Plano de Ação e Investimentos deve ser objeto de constante apreciação e eventuais alterações se julgadas necessárias, pelo Conselho da Cidade de Três Barras do Paraná - CONCIDADE. Inclusive, destaca-se que necessariamente modificações das ações, respectivos conteúdos e priorização devem ser objeto de avaliação e deliberação pelo conselho supracitado.

Na sequência, aspectos referentes a questões financeiras são apresentados em detalhe para melhor subsidiar complementações necessárias e eventuais alterações.

### 4.1 COMPATIBILIZAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS COM O PLANO PLURIANUAL 2023-2027

Definição de ações por parte do Poder Público Municipal já é prática necessária para a definição do Plano Plurianual (PPA). No entanto, se antes estas eram definidas de maneira



autocrática, após a promulgação da Lei Federal n.º 10.257/01 – Estatuto da Cidade, é obrigatória a relação direta entre o Plano Diretor (fundamentalmente elaborado democraticamente) e o PPA, bem como com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A partir do estabelecimento deste Plano de Ação e Investimentos, o município deverá proceder a compatibilização deste com o PPA 2020-2024 e demais instrumentos, de forma a evitar dupla oneração e estudar equivalência de despesas já previstas, já que as ações do PAI deverão ser objeto de complementação dos próximos PPAs, LDOs e LOAs. Da mesma forma, sempre que houverem alterações deliberadas para este PAI, deverá ser promovida a devida compatibilização com os instrumentos necessários.

Sugere-se a utilização do seguinte roteiro para futuras compatibilizações a serem realizadas:

- ✓ Identificação de similaridade e/ou sobreposição de ações;
- ✓ Avaliação de compatibilidade de recursos;
- ✓ Identificação do montante de recursos orçamentários que necessitam de aporte de outras fontes, caso os valores previstos para o desenvolvimento das ações não sejam compatíveis;
- ✓ E, por fim, identificação das fontes de recursos que possam complementar o valor excedente.

A seguinte planilha, esquemática, pode facilitar a visualização desses dados:

**Tabela 14** Formas de financiamento das ações do plano de ação e investimentos - PAI (modelo)

PDM		PPA 2023-2027		Diferença de Valor	Fonte de Recursos Complementares
Ações	Valor Previsto	Ações	Valor Previsto		
A	R\$	A	R\$	R\$	Recursos Próprios
B	R\$	B	R\$	R\$	SUS
C	R\$	C	R\$	R\$	Recursos Próprios
(...)					

Ao finalizar a etapa de identificação, o próximo passo é totalizar o excedente existente por fonte de recurso complementar, facilitando a implantação das ações pelo Gestor Municipal, conforme a seguinte planilha:



**Tabela 15** Resumo do financiamento das ações do PAI através de fontes de recursos complementares (Modelo)

Fonte de Recurso Complementar	Diferença de Valor
Recursos próprios	R\$ 1.000.000,00
SUS – Sistema Único de Saúde	R\$ 135.000,00
Recursos não previsto no PPA	R\$ 2.565.000,00

## 4.2 FONTE DE RECURSOS

Para custear as ações que constam no Plano de Ação e Investimentos, pode-se contar com recursos (i) próprios, (ii) de terceiros, onerosos ou não, ou (iii) mistos (através de parcerias). Estes são melhores detalhados na sequência, explorando os fatores que levariam a optar por esta ou aquela alternativa.

### 4.2.1 Fontes de Recursos a Fundo Perdido

Para a utilização de Recursos a Fundo Perdido é necessária, principalmente, a identificação de programas com estas características e as respectivas regras de contratação, que regulamentam as atividades desde a elaboração do projeto até a prestação de contas dos recursos obtidos. A partir de então, deve-se proceder à identificação das ações do PDM que poderão ser realizadas através desta linha de fomento. Na sequência, é elementar a preparação de um projeto contemplando-as.

Ressalta-se que mesmo sendo uma fonte de recursos de terceiros sem ônus ou dívida para o Município, é comum a exigência de contrapartidas orçamentárias e financeiras pelos agentes de financiamento. Isto significa que o Município deverá alocar parte de seus recursos orçamentários na execução destas ações. Para orientar este processo de identificação, sugere-se a elaboração da seguinte tabela:

**Tabela 16** Resumo do financiamento das ações do PAI através das fontes de recurso a fundo perdido (modelo)

PDM		Recursos de Terceiros a Fundo Perdido		Valor Contrapartida (Recursos próprios)
Ações	Valor Previsto	Descrição da Fonte	Valor a ser obtido	
	R\$		R\$	R\$
	R\$		R\$	R\$
	R\$		R\$	R\$





Ao final da identificação será necessário totalizar os valores de contrapartida que serão acomodados nos orçamentos anuais da Prefeitura para a realização das ações do PDM.

#### **4.2.2 Fonte de Recursos próprios**

Verificada a capacidade operacional do município para gerar os Recursos Próprios, isto é, receitas livres de vinculação às despesas, necessários para a execução de ações do PDM, sugere-se que sejam identificadas as ações que podem ser fomentadas por este tipo de recurso e sua devida aplicação ao longo dos anos.

#### **4.2.3 Fontes de Recursos de Empréstimos e Financiamentos**

As ações que não serão viabilizadas através de Fontes de Recursos a Fundo Perdidos, ou, ainda, por conta de superávits financeiros gerados com as operações normais da Prefeitura (Recursos Próprios), poderão ser realizadas mediante empréstimos e financiamentos de longo prazo.

Esta modalidade de fonte de recurso é de característica “onerosa”, isto é, o valor total financiado será devolvido em parcelas mensais durante o período contratado, sendo embutidas nestas parcelas juros e correções monetárias sobre o valor principal.

Para a contratação destes recursos é necessário que o Município possua capacidade de endividamento e de pagamento dos recursos financiados. A capacidade de endividamento é realizada através da aplicação da Resolução do Senado Federal nº 40/2001, que determina que o saldo da dívida consolidada líquida não seja superior a 1,2 vezes a sua Receita Corrente Líquida – RCL. Para o cálculo da capacidade de pagamento será utilizado o limite máximo para pagamento de serviços da dívida de 11,5% da RCL, conforme a Resolução do Senado Federal nº 43/2001. Ele auxilia o gestor na determinação do impacto do pagamento das parcelas da dívida traz à execução do Orçamento Anual e na determinação do montante máximo de crescimento da dívida da cidade.

Em virtude da dívida gerar obrigações financeiras em mais de um orçamento, deve-se utilizar o resultado primário como forma de identificar os impactos da dívida sobre o planejamento municipal. Neste sentido, compara-se o resultado primário previsto para cada ano com os gastos com serviços da dívida fixada para o ano acrescidas dos desembolsos





provenientes das dívidas a serem contraídas a partir da implantação do Plano Diretor. Se o resultado da aplicação da fórmula anterior for um valor negativo, interpreta-se que o município não tem capacidade de gerar recursos operacionais suficientes para arcar com os pagamentos da dívida e executar as ações previstas no seu planejamento anual, sem buscar a geração de receitas não primárias como rendimentos de aplicação financeira, operações de crédito (novas dívidas) e alienação de bens.

Ressalta-se que a maioria dos empréstimos e financiamentos pressupõe uma contrapartida do seu tomador, sendo necessário que seja incluso nos orçamentos anuais a parcela de investimentos realizados por conta de recursos próprios do Município.

É importante identificar as fontes de financiamentos e suas regras de contratação, que regulamentam as atividades desde a elaboração do projeto até a prestação de contas dos recursos obtidos, para então avaliar as ações do PDM que poderão ser realizadas através destas fontes de recursos, preparando um projeto contemplando-as. Para orientar este processo de identificação, sugere-se a elaboração da seguinte tabela:

**Tabela 17** Resumo do financiamento das ações do PAI através de recursos de empréstimos e financiamentos (modelo)

PDM		Recursos de Empréstimos e Financiamentos		Valor	Contrapartida
Ações	Valor Previsto	Descrição da Fonte	Valor a ser Obtido	(Recursos próprios)	
	R\$		R\$	R\$	
	R\$		R\$	R\$	
	R\$		R\$	R\$	

Ao final da identificação será necessário totalizar os valores de contrapartida que serão acomodados nos orçamentos anuais da Prefeitura para a realização das ações do PDM.

#### 4.2.4 Parcerias com a iniciativa privada ou intergovernamentais

Outra possibilidade de execução das ações do PDM é a das parcerias que o Município pode realizar junto com instituições privadas e públicas. Nesta modalidade de parceria, ambos os lados participam dos investimentos necessários para a execução das ações, seja com recursos materiais, humanos e financeiros, uma vez que o resultado obtido favorecerá todos os parceiros envolvidos.



Para estudar esta possibilidade, primeiramente devem ser identificadas ações que tragam benefícios mútuos, transformando-as em projeto para fomentar a negociação com as partes interessadas e beneficiárias.

Ressalta-se que toda parceria pressupõe contrapartida de ambos os lados, sendo necessário que seja incluso nos orçamentos anuais a parcela de investimentos realizados por conta de Recursos próprios do Município. Para orientar este processo de identificação, sugere-se a elaboração da seguinte tabela:

**Tabela 18** Resumo do Financiamento das Ações do PAI através de parcerias (modelo)

PDM		Parcerias		Valor Contrapartida (Recursos próprios)
Ações	Valor Previsto	Descrição da Fonte	Valor Total	
	R\$		R\$	R\$
	R\$		R\$	R\$
	R\$		R\$	R\$

Ao final da identificação será necessário totalizar os valores das contrapartidas que serão acomodados nos orçamentos anuais da Prefeitura para a realização das ações do PDM.

### 4.3 DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADA

O plano de ação do PDM possui ações de caráter pontual e de caráter Continuada. As ações de caráter pontual serão realizadas em um tempo determinado, isto é, não necessitará que o Município crie ações de manutenção.

Já para as ações continuadas, além do custo estimado para sua implantação devem ser analisados os custos de manutenção destas atividades, incorporando-as, se for o caso, às operações rotineiras da Prefeitura.

### 4.4 ANÁLISE GERAL DOS RECURSOS PRÓPRIOS NECESSÁRIOS

Após o levantamento das fontes de recursos que serão utilizadas pelo Município, é fundamental uma análise global onde sejam detectadas as contrapartidas financeiras necessárias para a execução do Plano de Ação e Investimentos, além dos Recursos próprios já determinados. Para orientar este processo de identificação, bem como a contabilização total



dos recursos a serem despendidos pela Prefeitura Municipal ano a ano, sugere-se a elaboração da seguinte tabela:

**Tabela 19** Necessidades de recursos próprios para implantação do PAI (modelo)

Período	PPA 2023/2027		Recursos próprios	Amortização e Juros de Empréstimos e Financiamento	Contrapartidas			Despesas de Caráter Contínua	Total
	Recursos inseridos	Complementações			De Empréstimos e Financiamento	De Fundo Perdido	De Parcerias		
2023	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2024	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2025	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2026	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2027	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Totais	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$

#### 4.5 CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO E DE PAGAMENTO DE DÍVIDAS

A capacidade de endividamento identifica a condição do município de assumir novas dívidas de características onerosas ou não. Para medir a capacidade de endividamento, utiliza-se o limite estabelecido no inciso II do artigo 3º da Resolução do Senado Federal nº 40/2001, o que estipulado que a condição máxima permitida aos municípios é de o endividamento líquido não ser superior a 1,2 vezes a sua geração de Receita Corrente Líquida (RCL).

A capacidade de endividamento do Município de Três Barras do Paraná está demonstrada na tabela abaixo:

**Tabela 20** Capacidade de Endividamento para contração de novas dívidas (modelo)

CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO PARA CONTRAÇÃO DE NOVAS DÍVIDAS Estimado em 2023/24	
RCL – Receita Corrente Líquida no período de 12 meses [1]	R\$
Valor Máximo Permitido para o Saldo da Dívida Consolidada Líquida [2] = 1,2 X [1]	R\$
Saldo da Dívida Consolidada Líquida apurada no período [3]	R\$
Capacidade de Endividamento Total [4] = [2] – [3]	R\$
Total das ações do PPA (2019-2021) de fonte onerosa (*) não inclusa no PDM [5]	R\$
Saldo disponível para endividamento do PDM [6] = [4] – [5]	R\$
Montante Total para Execução do Plano de Ação do PDM [7]	R\$
Está dentro do limite permitido pela legislação (sim ou não)	***
Capacidade de Endividamento máximo Anual [8] = 16% x [1]	R\$
Tempo em Anos para Execução do Plano de Ação do PDUOS [9] = [7+5] / [8]	R\$
Tempo para implantação integral do PDM?	(x) [9] inferior a 5 anos ( ) [9] superior a 10 anos



Fonte: Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná /PR 2023

(\*) Valor extraído das operações de crédito 2022 – 2023.

(\*\*) Custo descontados os valores do Plano Plurianual (PPA), a fim de evitar duplicidade de custos.

(\*\*\*) Algumas ações deverão ser revistas, em termo de custos, para que o saldo suporte a execução do Plano de Ações e Investimentos.

#### 4.6 CAPACIDADE DE PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA

A capacidade de pagamento da Prefeitura é dada pela aplicação da Resolução Federal nº 43/2001, isto é, o limite é de 11,5% da RCL no ano. Para projetar o dimensionamento da dívida é necessário identificar o limite para crescimento da dívida que o município possui para os próximos 5 anos.

**Tabela 21** Capacidade de pagamento da dívida pública (modelo)

Fórmula	Orçamento 2023	Orçamento 2024	Orçamento 2025	Orçamento 2026	Orçamento 2027
RCL – Receita Corrente Líquida no período de 12 meses [1]	R\$				
Capacidade Máxima de Pagamento Anual das Parcelas da Dívida [2] = 11,5% X [1]					
Valor Anual Fixado para Pagamento das Parcelas da Dívida [3]					
Capacidade de Crescimento da Dívida no Ano [4] = [2] – [3]					
Incremento na Parcela da Dívida do Ano Proveniente da Implantação do PDM [5]					
Está dentro do limite permitido pela legislação? <b>Sim</b> ( ) [5] inferior a [4] <b>Não</b> ( ) [5] superior a [4]					

Fonte: Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná /PR 2023

#### 4.7 RESULTADO PRIMÁRIO E CAPACIDADE DE PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA

Considerando a necessidade de financiamento oneroso para implantação do plano de ação do PDM, pode-se determinar o impacto que o novo endividamento trará sobre as contas públicas, principalmente, para as metas fiscais do município, e o esforço orçamentário e financeiro para acomodar todos os gastos da dívida nos orçamentos anuais.



**Tabela 22** Impacto do Pagamento da Dívida Pública sobre as Metas Fiscais (modelo)

Fórmula	Orçamento 2023	Orçamento 2024	Orçamento 2025	Orçamento 2026	Orçamento 2027
Resultado Primário [1]	R\$				
Valor Anual Fixado para Pagamento das Parcelas da Dívida [2]					
Incremento na Parcela da Dívida do Ano Proveniente do Plano Diretor [3]					
Resultado Primário Ajustado [4] = [1 – 2 - 3]					

Fonte: Análise dos dados informados pela Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná/2023

#### 4.8 IMPLEMENTAÇÃO DOS INDICADORES

O Objetivo do presente é demonstrar as metas propostas no Plano Diretor do Município de Três Barras do Paraná e o resultado conquistado pela administração no período, como demonstramos nas tabelas abaixo:

**Tabela 23** Indicadores Físico-Territoriais

ITEM	DESCRIÇÃO	META ATÉ 2023	RESULTADO 2028	
01	Vazios urbanos	Percentual de lotes vagos sobre o total de lotes urbanos	30,0%	40%
02	Ocupação irregular	Percentual de domicílios irregulares sobre o total de domicílios urbanos	0,0%	10%
03	Sub-habitação	Percentual de lotes com área inferior a 125,00m <sup>2</sup> sobre o total de lotes urbanos	0,0%	2%
04	Áreas públicas	Percentual de áreas públicas resultantes de parcelamentos sobre a área total dos loteamentos	35,0%	35%
05	Índice de áreas verdes	Superfície de praças e parques sobre o total da população urbana	50m <sup>2</sup> /hab	50m <sup>2</sup> /hab
06	Densidade demográfica bruta	Número de habitantes da área urbana sobre a superfície total da área urbana	200hab/ha	250 hab/ha
07	Usos desconformes	Percentual de unidades em desacordo com a lei de uso e ocupação do solo	0,0%	5%
08	Déficit habitacional	Percentual de domicílios em situação de déficit sobre o total de domicílios da área urbana	0,0%	5%

**Tabela 24** Indicadores Ambientais

INDICADORES	DESCRIÇÃO	META ATÉ 2023	RESULTADO 2028	
01	Arborização urbana	Percentual da extensão de ruas arborizadas em relação à extensão total de ruas	100,0%	90%
02	Cobertura de matas ciliares	Percentual da área de mata ciliar sobre o total	100,0%	



		da área das faixas de preservação permanente		80%
03	Área de reserva legal	Percentual da área averbada de mata sobre o total da área rural do município	20,0%	20%
04	Conservação do solo	Percentual da área objeto de conservação de solo sobre o total da área rural do município	100,0%	80%
05	Agricultura orgânica	Percentual de produtores orgânicos sobre o total de produtores rurais do município	80,0%	20
06	Poluição hídrica	Número de estabelecimentos poluentes a montante do manancial de abastecimento	0	0

**Tabela 25** Indicadores de Infraestrutura e Serviços Públicos

INDICADORES		DESCRIÇÃO	META ATÉ 2023	RESULTADO 2028
01	Pavimentação viária	Percentual de ruas pavimentadas sobre a extensão total de vias urbanas	80,0%	90%
02	Pavimentação de passeios	Percentual de passeios pavimentados sobre a extensão total de passeios	80,0%	50%
03	Drenagem pluvial	Percentual da área urbana drenada sobre o total da área urbana	80,0%	90%
04	Abastecimento de água	Percentual de domicílios urbanos atendidos sobre o total de domicílios urbanos	100,0%	100%
05	Coleta de esgoto	Percentual de domicílios urbanos atendidos sobre o total de domicílios urbanos	100,0%	45
06	Tratamento de esgoto	Percentual de tratamento sobre o volume total coletado	100,0%	45
07	Iluminação pública	Percentual de vias dotadas de iluminação pública sobre o total de vias urbanas	100,0%	95
08	Telecomunicações	Existência de telefone público em um raio de 2.000m de qualquer domicílio urbano	100,0%	50
09	Coleta de lixo	Percentual de domicílios atendidos sobre o total de domicílios urbanos	100,0%	80%
10	Coleta seletiva	Percentual de domicílios atendidos sobre o total de domicílios urbanos	100,0%	50
11	Varrição de ruas	Varrição duas vezes por semana de todas as vias urbanas pavimentadas	100,0%	60

**Tabela 26** Indicadores Socioeconômicos

INDICADORES		DESCRIÇÃO	META ATÉ 2023	RESULTADO 2028
01	Idh – longevidade	Função da expectativa de vida	> 0,751	> 0,751
02	Idh – educação	Função da taxa de analfabetismo e frequência escolar	> 0,856	> 0,856
03	Idh – renda	Função da renda per capita	> 0,607	> 0,607
04	Idh – médio	Função do idh-l, idh-e e idh-r	> 0,738	> 0,738
05	Atendimento hospitalar	Número de leitos por 1.000 habitantes	2,32	2
06	Atendimento médico	Número de médicos por 10.000 habitantes	5	5
07	Mortalidade infantil	Número de óbitos por 1.000 nascidos vivos	< 16,33	< 16,33
08	Mortalidade materna	Número de óbitos por 100.000 nascidos vivos	0,0	0
09	Gravidez na adolescência	Percentual de mães com 10 a 19 anos	< 15,0%	< 15,0%
10	Vacinação	Percentual de crianças vacinadas	100,0%	90%



11	Postos de saúde	Raio de influência de cada unidade	500m	12.000m
12	Hospitais	Raio de influência de cada unidade	1.000m	12.000m
13	Estabelecimentos de educação infantil	Raio de influência de cada unidade	250m	12.000m
14	Estabelecimentos de ensino fundamental	Raio de influência de cada unidade	500m	2.000m
15	Estabelecimentos de ensino médio	Raio de influência de cada unidade	1.000m	12.000m
16	Índice de gini	Desigualdade de renda	0,40	0,40
17	Taxa de desemprego	Percentual da população economicamente ativa não ocupada sobre o total da pea	4,5%	10%
18	Efetivo policial	Número de policiais para cada 1.000 habitantes	2 (3)	0,6
19	Taxa de homicídios	Número de homicídios para cada 100.000 habitantes	< 7,6	< 7,6

**Tabela 26** Indicadores de Desenvolvimento Institucional

INDICADORES	DESCRIÇÃO	META ATÉ 2023	RESULTADO 2028
01	Cadastro imobiliário	Percentual de unidades cadastradas sobre o total de unidades da área urbana	100%
02	Cadastro de produtores	Percentual de unidades cadastradas sobre o total de unidades da área urbana	100%
03	Capacitação de servidores	Percentual de funcionários capacitados sobre o total de funcionários, a cada 3 anos	50%
04	Gestão democrática	Conferências ou audiências realizadas por ano para debater problemas do município e da cidade	10
05	Lei do plano diretor	Lei aprovada e implementada	100%
06	Lei dos perímetros urbanos	Lei aprovada e implementada	100%
07	Lei de uso e ocupação do solo	Lei aprovada e implementada	100%
08	Lei do sistema viário	Lei aprovada e implementada	100%
09	Lei de parcelamento do solo	Lei aprovada e implementada	100%
10	Código de obras	Lei aprovada e implementada	100%
11	Código de posturas	Lei aprovada e implementada	100%
12	Plano de ações e investimentos	Cumprimento das metas previstas	60%





#### **4.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este produto apresentou o detalhamento de cada ação do PDM, contendo principalmente atividades, cronograma e respectivos custos, a fim de que a Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná, por meio de suas Secretarias e demais segmentos, as coloque em prática, cumprindo os prazos estabelecidos.

Cabe destacar que os custos das ações são estimados e a Prefeitura Municipal, juntamente com auxílio da consultoria procedeu à compatibilização destas com as ações constantes do Plano Plurianual, para, assim, não haver duplicidade de custos no montante final. Há situações em que o valor constante do PPA é maior que o indicado na ação. Dessa forma, no momento da elaboração do projeto da ação essa diferença de custos poderá ser remanejada para outra ação e assim por diante.

O Plano de Ação e Investimentos deve ser executado de forma compatível com as diretrizes formuladas, e representa a principal visibilidade de efetivação do PDM. Se por motivos adversos estas ações não forem implementadas, outras, em consonância aos objetivos e diretrizes do PDM (estabelecidos em legislação própria), devem ser praticadas.

Não obstante, a existência de um Plano de Ação e Investimentos plausível é imprescindível, e é a partir deste e das orientações para a sua implementação que se torna possível ao município planejar suas atividades de forma compatível com o planejamento financeiro, principalmente com sua capacidade de endividamento e pagamento.